

Brasil dá a largada rumo à Constituinte

PC(R) comenta a crise no governo português

Eduardo Pires, primeiro secretário do Partido Comunista (Reconstruído), visita o Brasil e fala à Tribuna sobre a polarização política em curso em Portugal. Página 2



Pires: "A direita quer mandar sozinha"

EDITORIAL

Unir para avançar

O quadro das disputas para as eleições municipais de novembro vai se definindo. O pleito não tem importância restrita às capitais e antigos municípios de segurança nacional; diz respeito aos rumos políticos em plano estadual e nacional. Por isto mesmo, a tendência é para uma polarização entre as correntes que apóiam a Nova República, no sentido das mudanças urgentes e profundas que a nação reclama, e os que pretendem conservar as coisas como foram deixadas pelos generais.

O caso de São Paulo é exemplar. Os interessados no avanço da Nova República buscam o entendimento para forjar uma unidade das forças democráticas e populares. Colocarão a campanha eleitoral em torno das reivindicações mais sentidas do povo e de um programa mínimo progressista. Pretendem manter a Aliança Democrática estabelecida contra a ditadura e tendem para apoiar o nome indicado pelo PMDB — ao que tudo indica o senador Fernando Henrique Cardoso. A direita, os fisiológicos, os carreiristas, unem-se no pântano do desmoralizado Sr. Jânio Quadros.

Como se sabe, na questão das prefeituras estão embutidos os problemas dos governos estaduais em 1986 e, principalmente, o da presidência da República em 1988. E está aí o motivo do esforço de setores do PFL paulista para se unirem com Jânio Quadros. É a tentativa dos conservadores de bombardear o PMDB, com o propósito de abrir espaço rumo à presidência da República. A eles pouco importa que esta atitude seja nociva aos anseios da imensa maioria dos brasileiros, que precisa unir forças para assegurar as mudanças. Também com apego mesquinho aos interesses de grupo, movimentam-se o PT e o PDT. Este último, então, não teve a mínima vacilação em aproveitar-se da desmedida ambição do sr. Freitas Nobre (que mudou de partido com o único argumento de poder ser candida-

to) para tentar dividir as forças democráticas em proveito da coíça de Leonel Brizola pelo Palácio do Planalto.

Por todo lado é esta contradição, entre mudar e conservar, que separa os campos. Na Bahia a Tendência Popular do PMDB deu bom exemplo unindo-se à candidatura de Mário Kertesz que, por sua vez, entendendo o momento político, aceitou os compromissos com as mudanças. Da mesma forma vai no sentido progressista a unidade da Aliança Democrática de Sergipe, em torno de Jackson Barreto, para derrotar a oligarquia reacionária de Albano Franco.

Os trabalhadores têm o maior interesse numa vitória democrática, em todos os municípios, contra os reacionários e conservadores. Por isto mesmo, participarão com grande empenho na escolha de candidatos comprometidos com a Nova República. Não poderão, por isto mesmo, se orientar por soluções fora da realidade, imaginando que é hora de marchar isolados. Não poderão da mesma forma pensar de maneira exclusivista, pretendendo unicamente conquistar espaço para o seu partido, que é o Partido Comunista do Brasil. O próprio PC do B tem se manifestado seguidamente contra estas concepções e defendido a necessidade de uma união ampla, que se manifestará, em geral, pela formação de coligações.

Ao mesmo tempo que entende esta necessidade de agir em comum com as demais correntes democráticas, o povo tem suas próprias idéias, tem seu programa no sentido de transformações estruturais da sociedade. E fará da campanha eleitoral um instrumento para discutir amplamente estas propostas, para mobilizar milhões e acumular forças, para arrancar novas conquistas parciais e novos compromissos, mais avançados, dos candidatos e das forças aliadas comprometidas na campanha.

Ao enviar ao Congresso o texto convocando a Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, a Nova República mostra-se fiel ao seu mais importante compromisso democrati-

zante. Na luta popular pela Constituinte começa uma nova fase, de debate dos grandes problemas nacionais e mobilização por soluções progressistas e avançadas. Página 3

Mais militares envolvidos no assassinato de Baumgarten

Depoimento do coronel Dickson indica que o assassinato do jornalista está vinculado ao atentado do Riocentro em 1981. E revela quem participou da "Operação Dragão", dirigida por dois oficiais do SNI. Leia na página 3

Sindicatos operários dão apoio ao plano de reforma agrária

Sindicalistas operários dizem que darão respaldo ao governo na aplicação do seu plano de reforma agrária, fazem autocrítica do imobilismo dos sindicatos e exigem que a Nova República não recue frente à pressão do latifúndio. Pág. 6

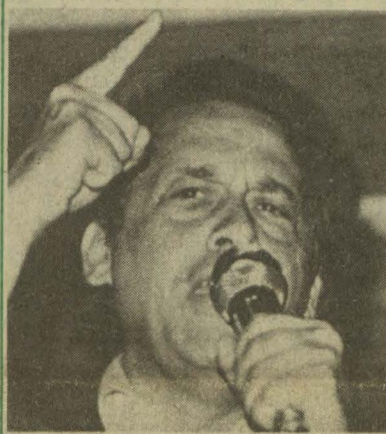
PC do B forma comissões em 39 dos 56 distritos de São Paulo

Os novos dirigentes do PC do B legal na capital paulista são na maioria de extração operária, e os distritos já organizados cobrem quase toda a área dos bairros proletários. O lançamento das comissões distritais, na pág. 10

Eleições nas capitais

Página 4

São Paulo



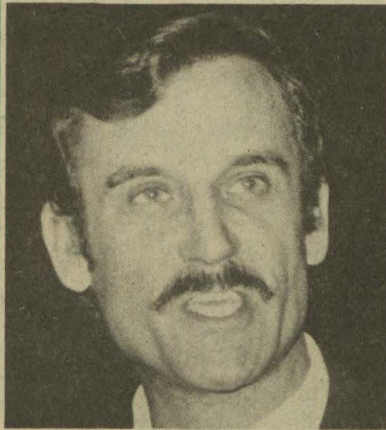
Fernando Henrique Cardoso se projeta como candidato democrático apto a vencer a coligação reacionária encabeçada por Jânio.

Salvador



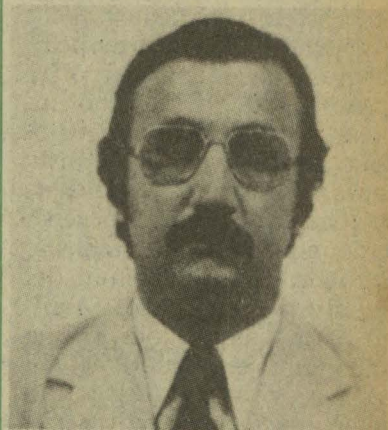
Tendência Popular, com Chico Pinto e o PC do B, soma forças com Kertesz, que lidera as pesquisas de preferência popular.

Porto Alegre

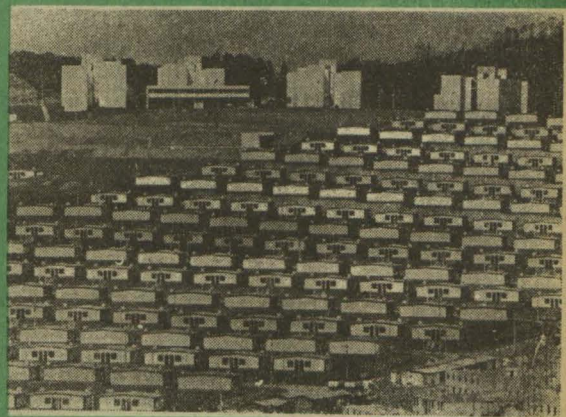


Carrion Júnior vence nas prévias dentro do PMDB e Fogaça se incorpora à sua campanha fortalecendo espírito de unidade.

Aracaju



Comício com 10 mil lança candidatura de coligação PMDB-PFL: Jackson Barreto enfrenta a oligarquia de Albano Franco, do PDS.



Mutuários se levantam contra o abuso do BNH

Entidades de mutuários são unânimes em condenar o recente aumento das prestações da casa própria e a semestralidade. A previsão é de maior mobilização.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Eduardo Pires, 1.º secretário do PC(R), fala aos brasileiros num ato do PC do B na Câmara Municipal de São Paulo

Comunistas lutam pela unidade contra a direita em Portugal

O primeiro secretário do Partido Comunista (Reconstruído) de Portugal, Eduardo Pires, está no Brasil, visitando bairros, fábricas e entidades populares e democráticas. Em sua passagem por São Paulo, Pires veio à Tribuna Operária, onde nos concedeu uma entrevista abordando os problemas de seu país e as lutas do PC (R).

T.O.: Portugal vive na atualidade uma crise de governo, com o fim da coligação PS/PSD. A que se deve essa situação?

Pires: A atual crise veio paulatinamente. Quando foi formado o governo PS/PSD, falava-se num “bloco de centro” para que “os operários e os patrões pudessem salvar Portugal”, e havia uma grande esperança na classe operária em relação a esse “bloco”. Mas isso logo se desfez. A intervenção do exército contra os operários em greve na Lisnave e na Marinha Grande logo acabou com as ilusões com o governo. A crise econômica e social que existia continuou se agravando. Os operários continuaram com seus salários em atraso. Atualmente não existe um prédio em Portugal sem trabalhadores com salários atrasados. São mais de 150 mil nessa situação, alguns sem receber há seis meses!

Frente a essa situação, o governo colocou em prática uma política antipopular. Preparou uma nova “lei de segurança” de caráter antidemocrático. Elaborou a “lei de despedimentos” (os operários portugueses têm estabilidade no emprego, mas pela nova lei podem ser demitidos sem justa causa). Aumentou os preços de gêneros de primeira necessidade etc. Isso naturalmente gerou descontentamentos. Manifestações no 25 de abril, no 1.º de maio e agora, no dia 4 de junho — quando 500 mil pessoas protestaram contra aumentos nos preços —, registraram o repúdio dos trabalhadores contra essa ofensiva

do imperialismo e dos patrões. Atualmente, um grande problema se acrescentou a essa situação: neste ano haverá eleição presidencial. O PS queria apresentar Mário Soares como candidato a presidente. Já os setores mais direitistas querem um candidato mais em consonância com seus interesses — este seria Freitas do Amaral, do PSD. Ao mesmo tempo, os liberais de Ramalho Eanes e do partido revisionista pretendem um candidato a presidente de sua área. Os comunistas do PC (R), diante desta situação, defendem uma candidatura única das oposições contra o candidato da direita. Fazemos isso levando em conta o deslocamento social para a direita que se verifica atualmente em nosso país.

T.O. Como é esse deslocamento para a direita?

Pires: Devido à grave crise econômica e social, setores da sociedade passaram a ver a saída da situação numa viragem à direita, com a adoção de medidas reacionárias, como a revisão da Constituição, a reprivatização das empresas públicas etc. Isso se refletiu, por exemplo, nas eleições em Madeira, onde o governo, declaradamente fascista, ficou com 70% dos votos! O PS, por sua vez, está tendo uma queda eleitoral. Em Madeira, onde tinha mais de 20% do eleitorado, em 1984, o PS ficou com apenas 15%. Mas nós observamos também uma polarização à esquerda de setores da classe operária, que devem ser levados em conta para fazermos

frente a esta situação. Existem grandes massas dispostas a luta contra a ofensiva reacionária. O lançamento de uma candidatura única das oposições pode levar os candidatos da reação à derrota. E é nesta luta que estamos empenhados presentemente.

T.O.: Em sua recente visita a Portugal, o chefe do imperialismo norte-americano, Ronald Reagan, fez rasgados elogios a Mário Soares, ao presidente Eanes etc. A que se deve isso?

Pires: Essa situação política que eu abordei não está alheia, é claro, aos acontecimentos internacionais. Reagan foi a Portugal tratar da entrada de nosso país na Comunidade Econômica Europeia (CEE). O ingresso de nosso país na CEE trará um desemprego insuportável, consequência da falência de centenas de empresas industriais, comerciais e agrícolas. Mas muitos portugueses vêm na CEE a possibilidade de créditos sem juros, o fim de tudo o que é velho na economia do país, a solução de seus problemas... Para os EUA, que dominam as economias de Portugal e Espanha, interessa o ingresso desses países na CEE. Eles poderão reforçar a defesa dos interesses norte-americanos na CEE, onde existem diferentes interesses econômicos e políticos, por vezes conflitantes com os dos EUA.

Reagan veio também negociar a utilização de Portugal nas manobras de envolvimento americano na situação africana, inclusive a intromissão militar das forças armadas portuguesas nas ex-colônias. No caso da África do Sul, o governo português poderia servir de intermediário dos interesses norte-americanos. Por

fim, Reagan pretende ainda transformar Portugal numa base militar, integrado no seu programa de “guerra nas estrelas”. Com relação à situação interna de meu país o chefe da Casa Branca veio negociar nos bastidores e dizer à direita mais reacionária que é hora de avançar, de atacar com mais fúria as conquistas obtidas no 25 de abril de 1974. A deferência com que Reagan tratou o governo português deve-se ao fato de que ele tem sabido defender os interesses do imperialismo norte-americano no país.

T.O.: Para finalizar, que mensagem você traz aos brasileiros?

Pires: Nestes dias em que estive em São Paulo, pude conversar com o povo, e com os comunistas. Vi a preocupação das camaradas em difundir o novo programa e estatutos do PC do B — que representam uma aplicação criativa do marxismo-leninismo à situação concreta do país. Senti o anseio de todos em forjar um partido forte, de amplas massas, capaz de dirigir o povo brasileiro na luta por melhores dias, pelo progresso econômico e social de sua pátria. Vi também os olhos das camaradas faiscando quando eu abordava erros que nós cometemos em Portugal, na trajetória do PC (R). Os camaradas estão ávidos de aprenderem e de evitar a repetição destes erros, aqui no Brasil. Isso, garanto, está sendo um ensinamento muito grande para mim. Só posso desejar o mais completo êxito aos camaradas do irmão PC do B em sua luta e no cumprimento das gigantescas tarefas que têm pela frente. E que a classe operária e o povo brasileiro conquistem o país livre e soberano que almejam!

da Casa Branca estão sendo tomadas usando como pretexto o seqüestro de um avião da TWA, realizado por um grupo militar xiita, no dia 14 de junho. Até o dia 26, o avião continuava em poder dos seqüestradores, e cerca de 40 norte-americanos eram mantidos como reféns. O grupo xiita exige, para liberar o avião e os reféns, que mais de 700 xiitas seqüestrados por Israel em território libanês sejam libertados da prisão de Atlit. Querem ainda a condenação da política dos EUA no Oriente Médio.

O governo de Israel já se mostrou disposto a liberar seus prisioneiros, se o governo Reagan assim o desejar. Mas o presidente ianque nega-se terminantemente a atender às exigências do grupo xiita, ao tempo em que lamenta não poder atirar “sem nada na mira”, afinal o extermínio de seus adversários políticos é o seu método de ação favorito.

Protesto na China contra a volta do latifúndio

O governo revisionista chinês, liderado por Deng Xiaoping, admitiu recentemente que vem enfrentando sérias dificuldades para conduzir o aprofundamento das reformas capitalistas naquele país. Em especial no campo, onde já se formou uma abastada classe de latifundiários — que dispõe de aviões particulares, suntuosas propriedades e exerce um expressivo poder sobre o aparelho de Estado.

Há muitos sinais de revolta em massa, conforme reconheceram as lideranças revisionistas. Estas, todavia, ao mesmo tempo em que mantêm e ampliam a política de incentivos ao latifúndio, sob o pretexto da “modernização”, desenvolvem uma intensa campanha publicitária com o objetivo de convencer os camponeses pobres de que, afinal, as desigualdades a cada dia maiores são “naturais” e necessárias e o latifúndio não deve ser tratado como inimigo.

Atualmente, cada quatro em cinco chineses trabalham na agricultura, o que significa uma população de 800 milhões no campo. Para se ter uma pequena idéia das desigualdades e contradições de classes existentes, o exemplo da comuna agrícola “Cavalo Dourado”, que emprega um total de 1.290 famílias é bem ilustrativo: enquanto a renda média por família é de 446 yuans (moeda chinesa) anuais, há quatro entre elas



Aumenta a exploração no campo chinês

com renda de 10.000 yuans cada.

Mesmo as comunas criadas a partir de 1958 por iniciativa de Mao Tsetung estão sendo liquidadas sob a justificativa de que incentivaram um insuportável “igualitarismo”. Com essas medidas, o governo de Deng Xiaoping pretende atacar o que ainda sobrevive das conquistas da revolução democrática e antilatifundiária chinesa, que teve um dos seus pontos altos na efetivação de uma reforma agrária radical. E, muito embora estacionada nesta etapa, de conteúdo burguês, calou fundo na consciência das massas populares.

Leia e estude o marxismo-leninismo

Marx e Engels
Sobre a literatura e a arte Cr\$ 11.800

Marx
Trabalho assalariado e capitalCr\$ 4.900
Salário, preço e lucro Cr\$ 5.900
Origem do capital ..Cr\$ 15.500

Engels
O papel do trabalho na transformação do macaco em homemCr\$ 4.300
Origem da família, propriedade privada e EstadoCr\$ 29.000

Karl Marx

SALÁRIO, PREÇO E LUCRO

coletânea bases 28

A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO

2.ª edição

coletânea bases 45

Lênin

Esquerdismo, doença infantil do comunismoCr\$ 15.400
Imperialismo, fase superior do capitalismoCr\$ 13.800
As 3 fontes e 3 partes constitutivas do marxismoCr\$ 8.800

Stálin

Materialismo dialético e materialismo históricoCr\$ 6.900

Vários autores

Marx, o homem, o pensador e o revolucionárioCr\$ 15.500

MATERIALISMO DIALÉTICO E MATERIALISMO HISTÓRICO

STALIN

3.ª edição

coletânea bases 10

TEORIA TEORIA TEORIA

coletânea bases 23

LENIN

IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO

ATENÇÃO: estes preços serão válidos para os pedidos que chegarem até o dia 05 de julho de 1985.

Pedidos para a Editora Anita Garibaldi
Av. Brig. Luís Antônio, 317, sala 43, Bela Vista, São Paulo, CEP 01317
Atendemos pelo reembolso postal, pedidos com valor superior a Cr\$ 20 mil e através de cheque nominal ou vale postal, sem limite de valor.

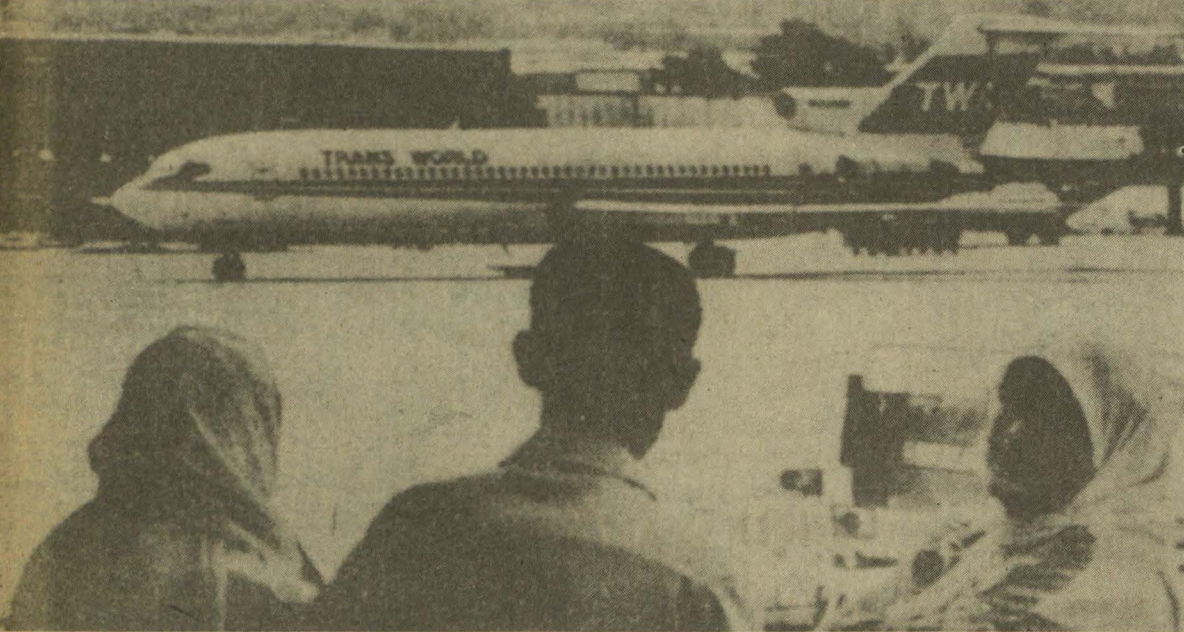
CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois

Reagan prepara cerco militar do Líbano

Ronald Reagan, o todo poderoso chefe do imperialismo norte-americano, ameaçou o povo libanês com a “ira dos EUA”. Enviou para o litoral de Beirute quatro navios e um

porta-aviões nuclear, e quase dois mil fuzileiros navais. Ameaça bombardear a capital libanesa, como fez há alguns anos para favorecer os invasores sionistas. E mais: seu secretário de Estado, George

Shultz, anunciou que os EUA colocarão o Líbano “no ostracismo internacional”. A superpotência americana prepara o bloqueio militar e econômico de Beirute. Essas manobras guerreiras



O avião da TWA no aeroporto de Beirute

Ganhe dinheiro ajudando a Tribuna

Se você dispõe de tempo e pretensão de dinheiro, procure-nos. Precisamos de vendedores para a Campanha de Assinaturas da Tribuna. Nós oferecemos ajuda e vantagens consideráveis, primárias, em troca por suas atividades. Há muitas oportunidades de ganhar dinheiro nas nossas vendas e informações em Barbosa, São João del-Rei, Altoni, Paulo ou em qualquer uma das nossas 50 sucursais em todo o país.

Operários pela reforma agrária

O Plano Nacional de Reforma Agrária tem gerado grande polêmica. Mas, até agora, quem tem se manifestado com maior contundência são os latifundiários, colocando-se violentamente contra o projeto. A classe operária, grande interessada nas mudanças no campo, ainda pouco se manifestou, conforme admitem os próprios dirigentes sindicais.

Para Agenor Narciso, presidente do Sindicato dos Químicos do ABC paulista, o sindicalismo urbano deve ter uma postura mais ofensiva na defesa da reforma agrária. Originário do campo, onde trabalhou até os 18 anos de idade como arrendatário em Marília, Agenor vê a reforma agrária "como uma prioridade no país. Precisamos fixar o homem na terra para termos mais alimentos para o consumo popular. É inadmissível que a grande maioria das terras agricultáveis esteja nas mãos dos latifundiários, que nada produzem e só especulam com a fome do povo". Para ele, "o pessoal nas fábricas está animado com a notícia de que haverá reforma agrária no

Brasil. Grande parte da classe operária é de origem camponesa e sabe das dificuldades do trabalhador rural". Mesmo tendo críticas ao projeto do governo federal, que considera "limitado e tímido", acha que os trabalhadores se mobilizarão para defendê-lo dos ataques dos latifundiários. "Não podemos admitir um recuo do governo na aplicação do seu plano de reforma agrária. Seria uma grande vitória do latifúndio, da pior reação do país. Se o governo tiver uma postura firme, não vacilar, a população dará todo o apoio".

Nilton Otaviano, presidente do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, tem a mesma opinião. "Não podemos deixar o governo sozinho nesta luta para aplicar uma medida altamente positiva para os trabalhadores do campo e da cidade. Os latifundiários têm grande poder, foram dos principais responsáveis pela derubada do João Goulart, exatamente porque este falava na reforma agrária. Não podemos deixá-los derrubar o presidente Sarney, isto não ajudaria a luta do povo, o avanço democrático".

Piauí debate o latifúndio

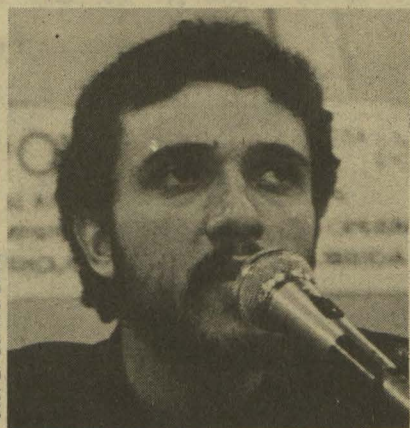
A luta pela reforma agrária recebeu o apoio de sindicatos e entidades populares e democráticas no Piauí, durante o Painel de Debates sobre o tema, promovido pelo Movimento Cultural do Estado, com o apoio da Fundação Cepró e Fetaq, dia 24 em Teresina. Mais de 300 pessoas compareceram ao Centro de Convenções, onde foi realizado o debate, com destaque para sindicalistas — inclusive dez dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais.

O presidente da Fetag, Henrique Vilanova; o membro da Comissão do Plano da Reforma Agrária, dr. Carlos Lorena; o pesquisador Manoel Domingos e o professor Luís Carlos Puskas falaram sobre a luta contra o latifúndio no Brasil. A absurda concentração de terras no Piauí foi denunciada pelos palestristas.

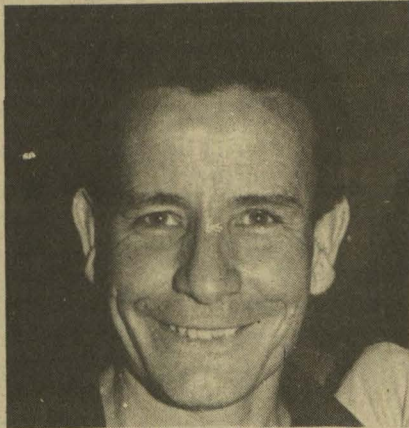
A Associação dos Professores do Piauí, o Centro de Recreação do Magistério, o Sindicato dos Professores de Teresina e a Associação dos Docentes da UFPI afirmaram em moção que "a reforma agrária antilatifundiária é uma exigência irrecusável". O Sindicato dos Economistas repudiou "as ações de todos aqueles grupos" que pretendem inviabilizar a reforma agrária. Também a Associação dos Veterinários apoiou essa luta. A direção estadual do PC do B distribuiu nota defendendo a reforma agrária antilatifundiária. (da sucursal)

MEDIDAS TÍMIDAS

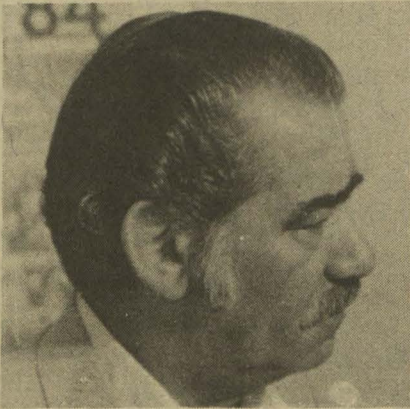
Todos os entrevistados concordam que até agora as manifestações de apoio à reforma agrária não se materializaram em ações concretas. Uma das poucas ações práticas se deu na reunião dos dirigentes das confederações nacionais de trabalhadores com Sarney, dia 24. "Nela os sindicalistas afirmaram que dariam sustentação ao plano do governo, contrapondo-se à ofensiva dos latifundiários, e exigiram uma postura firme do governo na aplicação do seu plano", informa Joaquim Andrade, presiden-



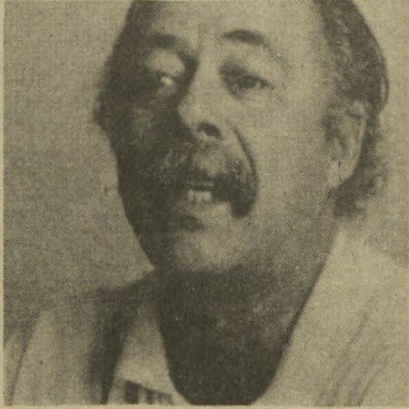
Spiciatti: crítica ao imobilismo



Nilton: lembrando João Goulart



Joaquim: apoio dos sindicatos



Agenor: "prioridade no país"

te do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e dirigente da Conclat.

Cláudio Spiciatti, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos paulistas, acha que o sindicalismo urbano deve superar esta fase de imobilismo, "dando maior apoio às medidas positivas, como a Reforma Agrária". Para

Goianos formam comitê

Trabalhadores das cidades e do campo, entidades democráticas e populares e parlamentares de Goiás formaram, no último dia 21, o Comitê Goiano Provisório em Defesa da Reforma Agrária. Presidido pela Fetag, o Comitê visa "unir todas as forças interessadas na realização da Reforma Agrária e no avanço democrático para eliminar o lixo autoritário que foi

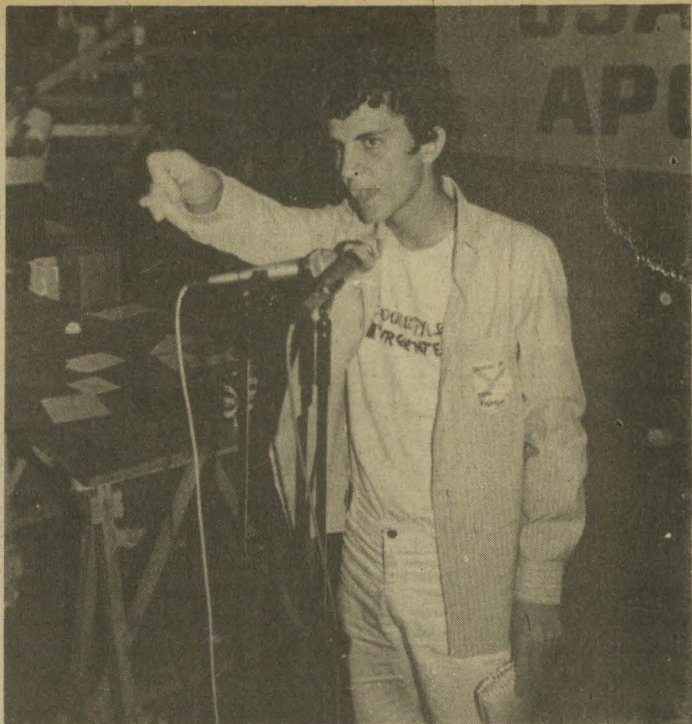
deixado pelo regime militar, para se fazer as mudanças de caráter progressista que foram anunciadas pela Nova República, especialmente a aplicação do I Plano Nacional de Reforma Agrária, que embora seja tímido, é um passo inicial para abrir caminho para o progresso e a justiça social", conforme explicou o presidente da entidade, Amparo Sesil.

Mais de 20 sindicatos de trabalhadores rurais, o presidente do Idago, Aldo Azevedo; o presidente do Igan, Fábio Tokarski; o deputado federal Aldo Arantes; o representante do PC do B, Euler Ivo; e representantes da Conclat, CPM, Aeago e UJS participaram da formação do Comitê Provisório que, entre suas metas, prevê o lançamento do comitê definitivo dia 18 de agosto, com uma grande passeata nas ruas centrais de Goiânia.

Também os latifundiários goianos estão se organizando: formaram a Associação dos Fazendeiros de Araguaína, que anunciou que poderá pegar em armas para defender seus interesses exclusivistas. (da sucursal)



Mais de 20 sindicatos e diversas personalidades estiveram presentes no lançamento do Comitê



Delcimar: espera 5 mil secundaristas no Congresso

Secundaristas prontos para congresso em BH

Os estudantes secundaristas realizarão em Belo Horizonte, nos dias 5, 6 e 7 de julho, o seu XXIV Congresso. Pela primeira vez deverão comparecer delegações de todos os Estados, com cerca de cinco mil delegados. Delcimar Pires, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), declarou à TO que "esse congresso vai ser a expressão do próprio crescimento do movimento secundarista no ano que passou. Foram várias lutas e mobilizações que deram mais corpo ao movimento estudantil e, em particular, à UBES".

Uma das principais questões do ponto de pauta do Congresso deverá ser sobre a regulamentação da Emenda Calmon, que prevê 13% do orçamento da união para a educação.

Delcimar Pires ressaltou também que, devido a uma série de fatores, os estudantes ainda necessitam do apoio dos democratas para superar certas dificuldades materiais. E ele aproveita para colocar que as autoridades estaduais e municipais da capital mineira não estão contribuindo para arranjar alojamento a todos os estudantes do Congresso.

Bancários de Fortaleza têm eleição sindical

O Sindicato dos Bancários de Fortaleza terá sua diretoria renovada nas eleições do dia 3 de julho. São cerca de 10 mil sindicalizados numa categoria de 15 mil bancários, o que coloca o sindicato em segundo lugar no país no percentual de sindicalização (perde apenas para o sindicato de Brasília). Concorrem duas chapas.

A chapa 1 — **Unidade e Luta** — encabeçada por Antônio Augusto Coelho, do Bandece, é composta por bancários com grande representatividade na categoria. Muitos de seus membros estão na luta há muito tempo sem nunca terem sido diretores. É o caso do bancário César Uchoa, do BEC, que foi inclusive perseguido pelo regime militar. Outros de seus membros, forjados nas mobilizações em defesa da categoria: Júnior (BNB), Clebernardo (BB),

Vagner (BEC), Grego (Bradesco).

A chapa 1 luta pela reunificação do movimento sindical e contra o atrelamento do sindicato a partidos políticos (CUT-PT), enquanto a chapa 2 aposta na divisão dos bancários, fazendo assim o jogo dos patrões. A chapa 1 se posiciona em defesa das mudanças reclamadas pelo povo nas ruas durante as campanhas das diretas-já e de apoio a Tancredo Neves, cobrando da Nova República todos os compromissos assumidos em praça pública.

A vitória da chapa 1 significará o avanço da categoria rumo às transformações exigidas pelo povo, o fortalecimento da unidade bancária e do movimento sindical do Estado e a luta insistente contra a opressão e exploração capitalista por parte dos banqueiros. (da sucursal)

Seringueiros se defendem no Acre

"Eles iam tocar fogo na casa de mais um companheiro. Nós soubemos e impedimos. Fizemos eles ficarem no meio do caminho. Logo no meio da estrada nós tocamos fogo neles". Neste depoimento, o lavrador F.G.L., 38 anos, posseiro no seringal Nova Empresa, a 40 quilômetros de Rio Branco, no Acre, explica de forma simples como se deu a emboscada que resultou na morte do pistoleiro Nilton Inácio Camargo, no último dia 21.

O jagunço Camargo, conhecido como "Terror da Nova Empresa", foi tocado por 105 se-

ringueiros e posseiros. Estes não mais aguentavam o terrorismo do capanga profissional, que durante vários meses queimou casas e agiu com violência contra os trabalhadores da região. Camargo e seu bando não deixavam sequer que os seringueiros fizessem a derrubada das matas para plantarem o que comer. Ainda por cima impediam que os seringueiros vendessem a borracha para outros compradores que não o dono da fazenda Nova Empresa, que pagava preços bem abaixo do mercado. Segundo denúncias dos sindicalistas e religiosos,

existiam na região inúmeras famílias de trabalhadores passando fome.

ENGOLIR UM JORNAL

Há cerca de um mês, Camargo investiu furiosamente contra os moradores do povoado, queimando a casa do posseiro José Chaves e fazendo inúmeras ameaças de morte. Com sua ação assassina, espalhou terror e pânico entre os moradores, levando muitos a abandonarem suas casas. Como José Chaves denunciou a ação dos jagunços, Ca-

margo voltou ao povoado e obrigou o humilde posseiro a engolir um jornal que trazia as denúncias. "Com tantas humilhações que passei, eu tive que abandonar a minha casa", relata José Chaves.

Outra vítima do bando de Camargo foi o posseiro Francisco Argemiro dos Santos, que foi amarrado e obrigado a trabalhar como escravo durante três dias. O pistoleiro profissional nunca sofreu nenhuma represália, apesar das denúncias feitas pelos trabalhadores e pelo STR de Rio Branco. Ele mesmo dizia que tinha apoio de gente influente e que nunca sofreria qualquer punição pelas violências cometidas.

Cansados de tanta opressão e da impunidade do criminoso, os seringueiros resolveram se organizar para resistir. Na tarde do dia 21 os posseiros souberam que o bando de Camargo investiria novamente, queimando outras casas. Após uma rápida reunião, formaram três grupos de camponeses e saíram pela estrada. "Somos seringueiros, mas somos irmãos. A gente se doeu com o que aconteceu na casa do companheiro... Quando a gente topou com ele na estrada, não deu nem para conversar. Estava o Camargo e mais um, cada um com dois revólveres na mão. Aí tocamos fogo", concluiu o lavrador F.G.L., que espera que agora os posseiros tenham mais "ossego para plantar e alimentar suas famílias".



O pistoleiro Camargo foi abatido numa tocaia armada por mais de 100 seringueiros da Nova Empresa

Cortadores de cana de Goiás obtêm vitórias

Depois de 50 horas de negociações, usineiros e cortadores de cana chegaram finalmente a um acordo, que representou a vitória de um exaustivo trabalho de vários meses de organização e mobilização dos trabalhadores do sul de Goiás. O secretário geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás, Divino Goulart, avalia que foi devido a esse trabalho que "os patrões resolveram ceder em favor de nossas reivindicações porque temiam o nosso poder de mobilização e as greves que certamente seriam realizadas caso não se chegasse a um acordo".

O dirigente sindical destacou como ponto mais importante do acordo o que dá direito aos sindicatos, à Fetaeg e à Contag de visitar as usinas e debater com os trabalhadores os seus problemas. Acertou-se a criação de delegacias sindicais por local de trabalho e a efetivação do delegado sindical, com estabilidade. Foi proibida a arrematação de trabalhadores de outros Estados e regiões. Foi assegurada a extinção da figura do "ga-

to", que explora a mão-de-obra dos volantes, bem como a não-punição dos lavradores que participaram das negociações.

Sobre este último ponto um fato ocorrido em Goiânia ilustra a disposição de luta dos trabalhadores: Eduardo Pereira de Souza, liderança de grande prestígio entre os cortadores de cana, foi despedido por ter participado de uma sessão na Assembleia Legislativa que discutiu a situação do boia-fria. Em solidariedade ao colega demitido, os trabalhadores do município paralisaram imediatamente o trabalho e conseguiram a readmissão de Eduardo.

Divino Goulart explica que este ano, diferentemente do ano passado, quando os patrões não cumpriram muitas cláusulas de acordo, existe maior mobilização e organização dos trabalhadores para garantir o total cumprimento do que foi acertado entre usineiros e cortadores de cana: "Já alertamos que o recurso da greve não está descartado. Achemos que os patrões pensarão duas vezes antes de desrespeitar o acordo". (da sucursal)



Durante todos os dias os professores fazem vigília em frente ao Palácio Piratini

Professores gaúchos vão à rua e mostram força

Os professores gaúchos — em greve há mais de 45 dias — realizaram uma das maiores passeatas da história de Porto Alegre, com a presença de 20 mil mestres vindos de todo o Estado. Apesar dessa intensa mobilização o governo se nega a atender suas reivindicações. Os professores goianos, parados desde 14 de maio, retornaram ao trabalho no dia 28 de junho.

Cerca de 20 mil professores vindos de várias cidades do Rio Grande do Sul fizeram, dia 19, uma grande manifestação pelas ruas centrais de Porto Alegre. Em frente ao Palácio Piratini, o governador Jair Soares teve que presenciar e ouvir o coro dizer: “Professores na rua, Jair a culpa é sua”. O ato foi de grande importância, pois mostrou que depois de 45 dias de greve o movimento continuava coeso.

O presidente do CPERS (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul), professor Paulo Egon, entusiasmado com o ato, dizia: “O movimento ainda está crescendo”. Esta foi a resposta às medidas repressivas que o governo estadual tomou — sem êxito — ao destituir diretoras e retirar das funções gratificadas as funcionárias da Secretaria de Educação. Na passeata, uma professora carregava um cartaz que afirmava: “A opressão respondemos com nossa união”.

APOIO DOS PAIS DE ALUNOS

Além dos diversos partidos políticos, o ato teve o apoio do presidente da associação de Círculos de Pais e Mestres, Jocelim Azambuja. O governo, que não obteve sucesso nas suas manobras contra a greve, está tentando insuflar alguns pais contra o movimento, mas o representante dos CPM’s ressaltou que se trata apenas de “meia dúzia de pessoas, sem representatividade”.

Neste mesmo dia os professores entregaram um documento ao governador fixando novos termos para as negociações. Os grevistas reivindicam piso salarial de 2,5 salários mínimos, 13º salário, aumento semestral, eleições diretas para diretor de escola e 25% do orçamento do Estado para a educação. O governo considerou este novo documento apresentado pelos mestres como um retrocesso nas negociações.

O ânimo do magistério continua forte, o governo tenta de todas as formas desgastar o movimento e fazer passar reivindicações que estão

aquém das necessidades dos professores e da própria educação. As negociações vão prosseguir, mas o desfecho a curto prazo do movimento grevista depende do atendimento das demandas dos professores.

VOLTA ÀS AULAS EM GOIÁS

Os professores goianos decidiram em assembléia geral da categoria encerrar no dia 28 a greve iniciada a 14 de maio. Na última semana do semestre letivo os mestres retornaram aos colégios, não para dar aulas, mas para avaliar o movimento em conjunto com os alunos e pais. Até o momento nenhuma das reivindicações da categoria foi atendida e nem ao menos o governador se dignou a abrir negociação com os grevistas.

Uma das reivindicações dos professores — eleições diretas nas escolas — poderá ser conseguida. Isto porque está em tramitação na Assembléia Legislativa projeto do CPG, subscrito pelo deputado Ivan Ornelas, que prevê a escolha do diretor em eleição direta de um único nome. Mas o deputado Manoel Mota, líder do governo na Assembléia e ligado ao PCB, está sabotando o projeto, e apresentou uma emenda prevendo a eleição de uma “chapa triplíce”.

Esta foi uma das greves mais prolongadas realizadas pelos professores, que mesmo sofrendo pressões de toda a ordem resistiram bravamente. O governo impôs uma brutal censura aos órgãos de comunicação, impedindo que se veiculassem matérias sobre a luta da categoria.

GREVE NO ACRE

Os professores do Acre realizaram greve de 14 a 17 de junho em todo o Estado, reivindicando o cumprimento do Estatuto do Magistério. A adesão no interior foi total e na capital, de 80%. Por intermédio do deputado Manoel Pacifico, o governador se comprometeu a não punir os grevistas, pagar os dias parados e apoiar as eleições diretas para diretores de escolas. (da sucursal)

Passeata de 10 mil defende indústria naval

Mais de 10 mil trabalhadores aglutinaram o centro do Rio de Janeiro no dia 21, com a passeata contra a desnacionalização da indústria naval e da marinha mercante. Aberta com uma enorme faixa com os dizeres “Metalúrgicos e marítimos exigem mais empregos — contra o aluguel de navios estrangeiros — apurar corrupção, aumentar a produção”, a manifestação contou com a participação de todas as categorias de trabalhadores afetadas à área naval.

O grosso dos manifestantes era composto por operários da construção naval do Rio de Janeiro. Os trabalhadores de dois estaleiros em particular se fizeram presentes com muita força: o estaleiro Emaq, que acaba de sair de uma greve vitoriosa contra o atraso de salários; e o estaleiro Caneco, que está para demitir 900 dos seus 3 mil empregados se não entrarem novas encomendas de navios. A manifestação recebeu integral apoio do povo ao longo do trajeto pela avenida Rio Branco, com muita gente jogando papel picado pelas janelas.

As palavras de ordem mais entoadas na passeata foram: “Indústria naval é patrimônio nacional”; “Este é o momento de acabar com o afretamento” e “Um, dois, três, quatro,

cinco e mil, queremos mais empregos em estaleiros no Brasil”. Nas dezenas de faixas e centenas de pirulitos os trabalhadores também davam seu recado sobre a crise da área naval. Entre as inscrições que mais se destacavam, podia-se ler: “Trabalhadores em defesa das estatais denunciam corrupção e entreguismo”, “Os caras da Sunam não têm mãe”, “Multis querem acabar com nossos estaleiros” e “Queremos ver as ossadas da Sunam”.

A manifestação foi encerrada com um ato público na Cinelândia. Discursaram inúmeras lideranças de sindicatos e federações de trabalhadores da área naval, além de representantes da Conclat e da CUT. Entre as personalidades políticas que usaram da palavra estavam o senador Saturnino Braga; o deputado José Frejat, do PDT; o deputado federal José Eudes; o deputado estadual do PT, Liszt Vieira; o presidente regional do PMDB, Jorge Gama; e o representante do PC do B Edson, líder operário do estaleiro Mauá. A coordenação do Movimento Nacional em Defesa da Indústria Naval e da Marinha Mercante vai agora se reunir para avaliar a repercussão da passeata e determinar os próximos passos desta luta anti imperialista. (da sucursal)

Sarney consulta dirigentes das confederações sindicais

“Uma iniciativa salutar”. Desta forma Joaquim Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e dirigente da Conclat, avalia o encontro com o presidente José Sarney realizado no último dia 24, em Brasília. A reunião de consulta, que durou mais de cinco horas, contou com a presença dos presidentes de oito confederações de trabalhadores, da Conclat, do Dieese (Departamento Inter Sindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas) e de dez ministros de Estado.

Nela se evidenciou mais uma vez a postura aberta, democrática da Nova República, que convidou os sindicatos para discutir os problemas nacionais e ouvir sugestões dos representantes. Entre os pontos mais debatidos, os dirigentes sindicais reafirmaram as principais reivindicações dos trabalhadores — como redução da jornada de trabalho, estabilidade no empre-

go, trimestralidade, reposição salarial —, exigiram uma postura soberana no tratamento da dívida externa e uma conduta firme na aplicação do Primeiro Plano de Reforma Agrária. Os sindicalistas também fizeram duras críticas ao recente reajuste do BNH. Segundo um dos presentes, “é só consultar os mutuários para ver como o conceito do governo baixou após este aumento injuntivo”.

INFANTILIDADE DA CUT

Apesar de oficialmente convidada, a central sindical petista, a CUT, foi a única ausente na reunião. Sob o argumento de que se recusava a discutir o pacto social, novamente demonstrou sua postura sectária e infantil. “Acho que eles se precipitaram”, comenta Joaquim Andrade. Segundo ele, “ninguém foi lá para discutir o pacto social, mas sim para levantar as reivindicações dos trabalhadores e cobrar as promessas feitas

OPINIÃO

Sem interlocutor

A reunião dos sindicalistas com o presidente José Sarney e mais dez ministros é um claro indicativo dos novos tempos que o país atravessa, com início da democratização da sociedade. É altamente positivo que o governo da Nova República consulte todos os setores sociais, particularmente os trabalhadores, para discutir os graves problemas nacionais. Mas é preciso lembrar também as limitações da reunião da Granja do Torto, principalmente o

fato do movimento sindical ainda não possuir interlocutores à altura do descontentamento e das lutas dos trabalhadores. É notório que a maioria das confederações nacionais de trabalhadores presentes ao encontro não são representativas do conjunto do sindicalismo brasileiro. São entidades cupulistas, afastadas das lutas do nosso povo. Se o governo quer sentir os reais anseios dos assalariados é indispensável que realize consultas mais amplas.

pela Aliança Democrática. Nem mesmo o governo tocou na questão do pacto”. Conforme enfatiza Joaquim, “a reunião não significou um apoio do movimento sindical ao governo

Sarney. Foi apenas um momento de consulta aos trabalhadores. E mesmo que se propusesse o pacto social, não seríamos tolos de aceitá-lo sem antes consultar as bases”.

Bancários querem trimestral no B B

Os funcionários do Banco do Brasil estão lutando pelo reajuste trimestral de salários. No último dia 21 foram realizadas manifestações em diversos Estados em torno dessa bandeira de luta. Com paralisações de uma hora nos locais de trabalho, como em São Paulo, Porto Alegre e Fortaleza, ou com atos públicos e panfletagens, como em Fortaleza e em Brasília, os bancários do BB protestaram contra a intransigência da empresa, que lhes negou os 34,5% de antecipação salarial.

Antigos funcionários do banco comentam que “nos anos 50/60, entrávamos no BB ganhando de cinco a seis vezes o salário mínimo. Hoje, quem entra como auxiliar ganha três vezes o mínimo. Isso com o agravante de que o salário mínimo de hoje não tem o mesmo poder de compra que tinha há 25 anos atrás”.

I.R. TAMBÉM ARROCHA

Em São Paulo, segundo o Sindicato dos Bancários, a paralisação abrangeu 4.500 funcionários do Banco do Brasil. Nacionalmente a disposição de luta é tão grande que o governo até propôs um abono de 25% para ju-



Assembléia de funcionários do Banco do Brasil em São Paulo contra o arrocho salarial

lio e agosto — que foi bem recebido pela categoria.

“A grande questão que se coloca agora é a continuidade do movimento em unidade com toda a categoria, visando a campanha salarial. Devemos nos preocupar com a organização, elegendo delegados sindicais por agência e setor, consolidando o que se conquistou”, diz um sindicalista do Ban-

co do Brasil.

Outra importante questão levantada pelo movimento dos bancários diz respeito à elevada tributação do Imposto de Renda na fonte, que tem rebaixado mais ainda o já minguado poder aquisitivo da categoria. Se o governo não mudar a tabela do I.R. em julho, como fez nos anos anteriores, um bancário com salário de Cr\$ 2 milhões,

tendo um reajuste de 80%, terá sua tributação na fonte aumentada em 176%! Além disso, existe uma constante manipulação da tabela do imposto no que diz respeito às faixas salariais e alíquotas, sem nenhuma consulta ao Congresso Nacional. Já foi proposto ao Sindicato dos Bancários de São Paulo que desencadeie uma campanha contra a tributação excessiva do I.R.

Funcionalismo paulista se mobiliza

Os servidores públicos municipais de São Paulo prosseguem em greve desde o dia 19 de junho. O movimento é parcial, atingindo particularmente a área de saúde, onde o índice de paralisação atingiu cerca de 80%, segundo os grevistas.

A greve também teve adesão considerável nas creches, onde grande parte dos funcionários ganhava pouco mais que o salário mínimo antes do abono de 25% concedido pela prefeitura. O movimento dos servidores municipais reflete o

espírito de mudança das massas trabalhadoras em geral, que reivindicam elevação de seus salários e melhorias nas condições de trabalho. O funcionalismo público reúne diversas categorias que sofreram grande achatamento salarial nos anos de ditadura militar, como serventes, auxiliares de enfermagem etc.

Diante desta situação, o funcionalismo paulista reagiu, até 1982, travando um combate econômico e político contra o governo. As

campanhas salariais da categoria implicavam, até o governo José Maria Marin, num confronto político com o governo, que representava as forças mais reacionárias a serviço do regime.

Após a eleição do governo Montoro, a luta salarial do funcionalismo reassumiu seu caráter essencialmente reivindicatório, voltando a seu leito natural. Hoje são as entidades representativas da categoria que dirigem a luta e não uma frente de es-

querda, como ocorria anteriormente. E as correntes políticas assumem posições diferentes quanto à questão. As forças ligadas ao PT e à CUT procuram transformar o movimento numa oposição política ao governo da Nova República. Os reformistas alinham-se com o governo e se posicionam contra a greve. Os setores mais consequentes defendem as reivindicações salariais e o direito de greve do funcionalismo. Mas levam em conta que se este setor se mobiliza é também porque tem espaço para lutar, um espaço conquistado pelo conjunto da população com a eleição de um governo democrático.

Por outro lado, exigem do governo um plano de emergência para recompor o poder aquisitivo dos funcionários e reivindicam também o direito de criação de um sindicato da categoria. E consideram que um governo que se declara democrático tem a obrigação de sentar na mesa de negociação com os trabalhadores do Hospital das Clínicas e do Hospital dos Servidores Públicos Estaduais, sem condicionar esta posição ao fim da greve dos funcionários da saúde. (Olívia



CDM
Centro de Documentação e Memória do Trabalho
Fundação Maurício Grabois

Foto César Diniz

INPS paga quem não registra os acidentes de trabalho

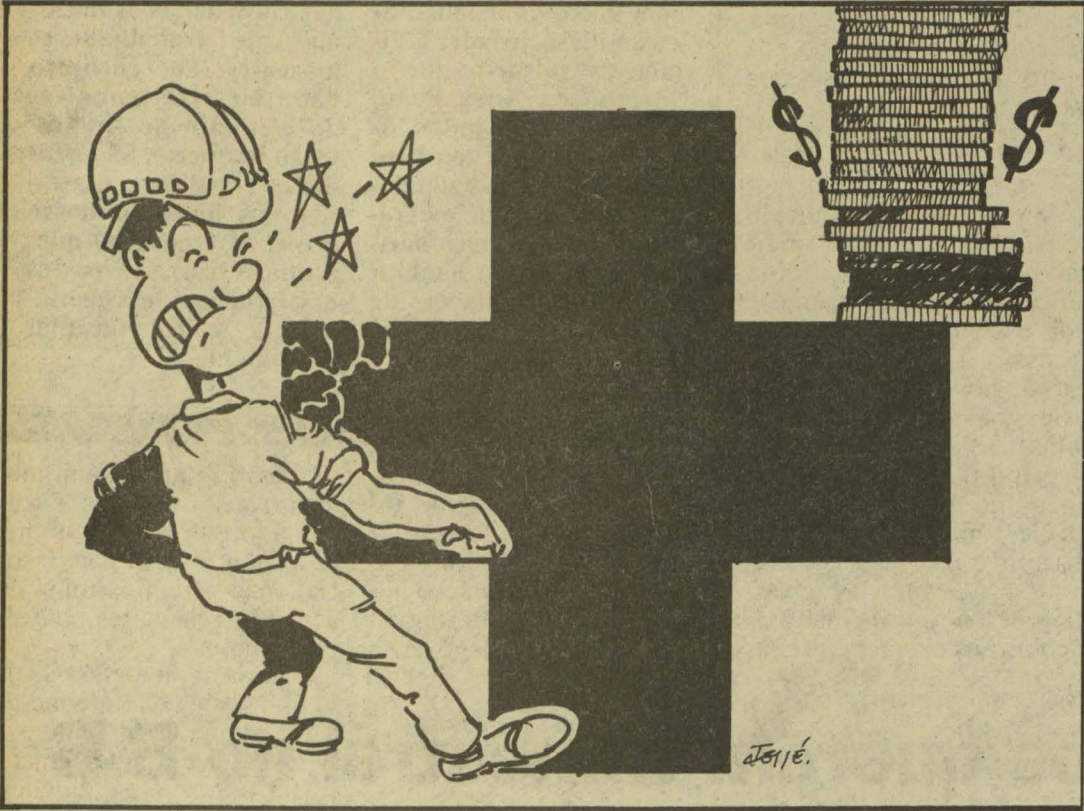
Uma das coisas mais absurdas que acontecem com o trabalhador brasileiro fica agora registrada: mais um pagamento pelo INPS de laudos aos médicos que se recusaram a conceder benefícios por acidentes. Em

outras palavras, os médicos passam a receber por cada exame em que constataram que o trabalhador não deve receber o benefício pleiteado. A denúncia surge dentro do escândalo que estourou na Segunda Vara de

Acidentes do Trabalho do Rio de Janeiro, após acusações de que peritos estariam dando laudos falsos. Todo o enredo da estória começa a partir do que a Previdência faz com os acidentes, ou seja, limita-se a pagar apo-

sentadorias e pensões sem cobrar das empresas medidas que impeçam os acidentes e doenças do trabalho, onerando a massa trabalhadora para beneficiar empresas que não protegem o trabalhador. No ano passado o INPS já gastou mais do que arrecadou de seguro-acidente.

Isso seria o suficiente para levar uma companhia de seguros à falência, mas no caso do INPS nada significa, pois trilhões de cruzeiros perdidos com os acidentes serão pagos por toda a população brasileira. Aliás o número de mortes por acidentes aumentou mostrando de forma direta que o infeliz trabalhador precisa “morrer para poder sobreviver” com as condições de trabalho que lhe serão oferecidas. Em 1984, quase um milhão de trabalhadores foram acidentados e nada se faz para obrigar melhores e seguras condições que impeçam as doenças e os quase cinco mil mortos por acidentes. (Amigo da TO no Rio de Janeiro, RJ)



Nós, trabalhadores do Serpro, exigimos salários decentes

Somos cerca de 16.000 servidores em todo o país do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), alocados no Ministério da Fazenda prestando serviços nas repartições da Receita Federal.

Nossa média salarial é de Cr\$ 500.000 após o reajuste de maio. A maioria destes servidores conta com mais de dez anos de serviços. Entretanto, vivemos uma situação de duvidade pois prestamos serviços iguais aos de todos os funcionários do Ministério da Fazenda mas nossos ganhos salariais são inferiores. Só para ilustrar, um funcionário efetivo, em carreira inicial, recebe salários duas vezes superiores ao nosso. Mas não terminam aí os nossos problemas: não temos estabilidade no emprego, não podemos nos aprimorar através de cursos pois é vedado perceber diárias, não podemos ocupar cargos de chefia e, desde 1982, foram congeladas as promoções sendo que, de lá para cá, só temos recebido os reajustes salariais que, como é de domínio público, sempre estão aquém das necessidades.

Todos os estudos já feitos sobre nossa situação só levam a uma saída: a nossa efetivação dentro dos qua-

dro do Ministério. E nada mais justo pois já estamos enfiados no serviço há mais tempo, dominamos bem nossas tarefas e, também, deveríamos ver recompensados nossos esforços.

Se fosse feito um estudo mais profundo da situação dos servidores do Serpro, seria verificado que é bastante oneroso aos cofres públicos a nossa manutenção. Entretanto, o salário que percebemos diretamente não chega, pelas informações que temos, sequer à metade do que é gasto em repasse do Serpro para nossa sublocação. Por que não se elimina este intermediário, passa-se a pagar um salário mais justo, propicia-se uma melhoria dos quadros funcionais com a nossa efetivação e desonera-se os cofres públicos?

Atualmente está em tramitação no Congresso Nacional um projeto de lei visando justamente esta efetivação. E é este o momento oportuno para se avaliar nossa realidade.

Esperamos que haja, por parte dos parlamentares, apoio a este projeto pois sanaria, da melhor forma, o que acima relatamos. (16 funcionários do Serpro da Delegacia da Receita Federal em Joinville - Santa Catarina)

Exemplo de greve no Instituto Butantã

Após o nono dia de greve do Instituto Butantã e o 24º dos funcionários da Secretaria da Saúde, uma assembleia geral com 7.000 pessoas aprovou uma trégua de um mês para avaliar se as propostas feitas pelo secretário João Yunes serão realmente efetivadas. As reivindicações eram justíssimas e foi uma grande vitória do movimento estar conseguindo obter todas as reivindicações específicas da área de saúde.

Os funcionários do Butantã tiveram uma participação atuante e organizada no movimento. Realizamos assembleias diárias, com cerca de 400 funcionários e todas as comissões funcionaram muito bem, com ampla participação.

A situação dos funcionários é grave. Alguns exemplos ilustram bem isso. É o caso de Ismael Faustino Nascimento, que trabalha na serralheria e ganha Cr\$ 382 mil cruzeiros (após o abono de 25%) para sustentar seus cinco filhos. Apesar de morar muito longe do Butantã, em São Bernardo do Campo, vem todos os dias de bicicleta para o trabalho, saindo às 5:30 horas de casa para poder entrar às 7 horas, pois suas condições não permitem que ele gaste uma parte de seu salário com ônibus.

Outro caso é de Maria Lúcia da Cruz, que trabalha há nove anos como auxiliar de laboratório na Farmacologia e ganha Cr\$ 407 mil, para sustentar 12 filhos.

Maria Lúcia mora em Taubão da Serra e gasta mensalmente Cr\$ 80 mil cruzeiros de condução.

A conquista do adicional salarial pela verba do plano de Ações Integradas de Saúde (AIS) irá aliviar um pouco a vida de funcionários como a Maria Lúcia e o Ismael.

A conquista da insalubridade também representa uma vitória para funcionários como Luiz Carlos Bruno, auxiliar no Laboratório de Venenos, que faz a extração de venenos em 100 cobras em média por dia. Já foi picado por uma jararaca e ficou hospitalizado por dois dias. Trabalha há cinco anos sem receber adicional de insalubridade e risco de vida. Assim como o Bruno,

pelo menos uma centena de funcionários trabalha em condições precárias, correndo sérios riscos de vida, recebendo um salário de miséria.

Apesar das conquistas e das melhoras parciais do salário, os funcionários do Butantã sabem que só com a constante organização e conscientização é que poderemos no futuro ampliar essa luta pela conquista de um governo realmente popular, que defenda, apóie e se preocupe com as necessidades primárias do povo brasileiro. (Antônio Carlos Barbosa, Isa Trajtengertz, Graciete Lopes, Vilma, Sami e Décio Virgílio - pelo comando de greve e mobilização do Butantã - São Paulo)

Supervisor da Timbira ameaça vigilante

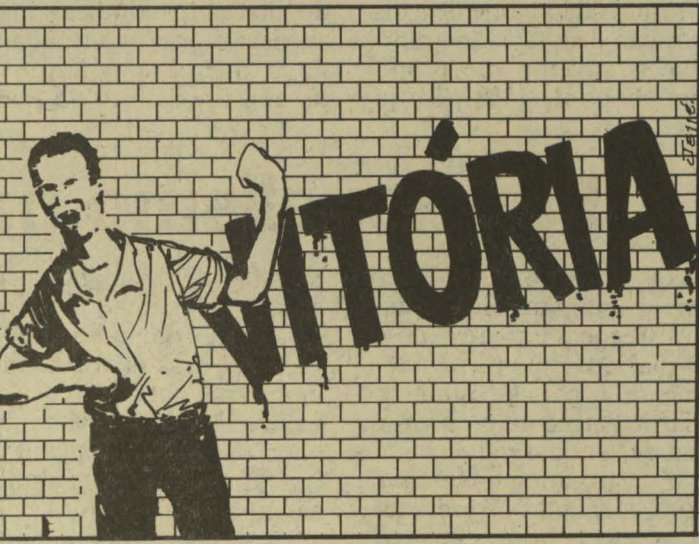
Devido aos baixíssimos salários que vêm recebendo, insuficientes para as necessidades básicas de sua sobrevivência, os vigilantes da Timbira Ltda que trabalham no canteiro de obras da Companhia Vale do Rio Doce no terminal ferroviários e marítimo da estrada de ferro Carajás em São Luis do Maranhão entraram em greve exigindo melhores salários e melhores condições de trabalho.

A princípio o coronel “Neon”, um dos proprietários da empresa, pensou que estava nos odiosos anos dos militares no poder e chegou esbravejando no seu carro, querendo romper caminho no piquete feito na entrada principal pelos vigilantes. Disse ainda que ia telefonar para a Polícia Fede-

ral para prender todos os que estavam no movimento grevista.

As ameaças não pararam aí. O supervisor Moacir conhecido por suas ações truculentas atentou contra a vida do vigilante Luis Augusto Dias, tentando disparar nele com seu revólver.

A diretoria do Sindicato dos Vigilantes foi chamada para negociar e foi feita uma lista de reivindicações, entre as quais: piso salarial de dois salários mínimos; alimentação gratuita e de boa qualidade; adicional noturno; transporte gratuito; pagamento das horas extras; estabilidade de um ano e não-punição aos grevistas; pagamento dos dias parados em greve. O movimento durou dois dias e terminou com a vitória dos



trabalhadores sobre a intransigência patronal.

O movimento serviu para conscientizar e unir os trabalhadores, deixá-los confiantes e prontos para a pró-

xima batalha, que acredito será bem próxima, porque a exploração é cruel e os patrões só querem saber de lucrar. (Colaborador da TO - São Luis, Maranhão)

Queremos emprego na Vale do Rio Doce

Sabemos que a Vale do Rio Doce é uma empresa enorme em conceito e admiração. No entanto, estamos passando sérias dificuldades por motivo do desemprego.

Estamos na cidade de Mariana, Minas Gerais, na qual opera uma parte da Companhia Vale do Rio Doce, no local denominado Timbopeba. Foi para todos uma grande alegria e esperança saber que uma grande empresa se colocaria ali. Mas a dura realidade é outra: só se vêem comentários de revolta dos marianenses com a perversidade e falta de apoio dos dirigentes da em-

presa aqui em Timbopeba. Eles não dão emprego para uma grande parte dos moradores desta cidade, sob alegação de que o povo daqui “não gosta de trabalho”, preenchendo os quadros com mão-de-obra importada de outras cidades.

Apesar de alguns elementos já estarem com os testes aprovados, estes morrem nos arquivos, juntamente com as esperanças de pais de família ou arrimos, que cedem lugar a elementos que às vezes nem chegaram a fazer exame mas tiveram sua ficha aprovada, por ordem deste ou daquele enge-

nheiro que “se responsabiliza pela admissão deste rapaz”.

Várias são as irregularidades. Há casos de pessoas que tiram entre os cinco primeiros lugares no teste, mas não são aprovados porque a vaga seria do “peixe” de algum engenheiro.

Como se tudo isso não bastasse, há ainda documentos que desaparecem misteriosamente. Quando um candidato quer saber sobre sua situação, fica sabendo que seus documentos simplesmente sumiram.

A CVRD explora as riquezas mineiras da popula-

ção de Ouro Preto e Mariana. Antes era somente a jazida de Timbopeba, agora também a das antigas Minas Del Rey, que se entranham ainda mais na cidade.

O capitalismo penetra severamente em Mariana. Sabe-se que o custo de vida aumentou em mais de cem por cento. E não recebemos qualquer tipo de ajuda e emprego para a população local.

É esta a realidade que assola uma pequena cidade, ameaçada pela ignorância e a falta de ética da direção da CVRD. (A. - Mariana, Minas Gerais)

Ventos da Nova República chegam na Barra da Estiva

Numa região assolada pela erva-daninha malufismo/ lomanismo, um dos currais eleitorais das oligarquias do café na Bahia, os trabalhadores de Barra da Estiva-BA mostraram que os ventos da Nova República estão chegando à chapada diamantina. Foi realizado um ato público em homenagem aos trabalhadores no clube social da cidade, onde a participação e receptividade da população foram muito importantes, participaram cerca de 150 (cento e cinquenta) pes-

soas, na sua maioria estudantes, donas-de-casa e trabalhadores rurais, usando da palavra o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sr. João, expadre reconhecido como um democrata na cidade, que enfocou a luta de todos os trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, e por melhores salários em uma nova situação política a qual os mesmos vêm conquistando e se conscientizando para lutas futuras. (Amigo da TO - Barra da Estiva, Bahia)

Durante 5 dias trabalhadores tomaram conta de Serrana

Os trabalhadores rurais de Serrana tiveram uma grande experiência de luta quando, em assembleia geral realizada no dia 19 de maio, demonstraram notável unidade votando pela greve, por melhores salários e por melhores condições de trabalho.

Já na segunda-feira, 20 de maio, o primeiro dia da greve percebia-se uma euforia e um formidável nível de organização e com o transcorrer do movimento novas lideranças iam se forjando. Na realidade foi como se estivéssemos vivendo algo como a liderança do proletariado, porque pela primeira vez na histó-

ria de Serrana e durante 5 dias quem mandou nesta cidade foram realmente os trabalhadores. No sábado 25 de maio, os patrões liderados pelo senhor Pedro Biagi — usineiro ultra-reacionário — não conseguindo mais disfarçar sua intolerância, trouxeram a polícia de choque e cavalaria. Prenderam sessenta pessoas chegando até a espancar alguns companheiros.

Disso tudo tirou-se uma grande lição: Além de mobilização e organização é preciso de uma grande energia nos possíveis inevitáveis confrontos futuros. (Colaborador da TO - Serrana - SP)

Fundação Maurício Grabois

Aplausos e vaias: o Maracanã torce por um país melhor

Como já é de praxe acontecer nos grandes jogos do Maracanã, a realidade política vivida pelo país se fez sentir intensamente na vibração da torcida que foi assistir ao jogo Brasil x Paraguai. O clima de liberdade se refletiu numa série de manifestações espontâneas dos torcedores, que passaram a casar futebol com política na maior naturalidade.

A vinculação do futebol com interesses políticos já vem de longa data. Em particular nos anos do regime militar, a posição privilegiada dos "cartolas" dos grandes clubes era usada como trampolim para as ambições de políticos conservadores e reacionários. Mas o que mudou nos últimos anos é que o próprio povo passou a usar a grande festa do futebol para extravasar seus sentimentos políticos.

TORCIDA X MALUF

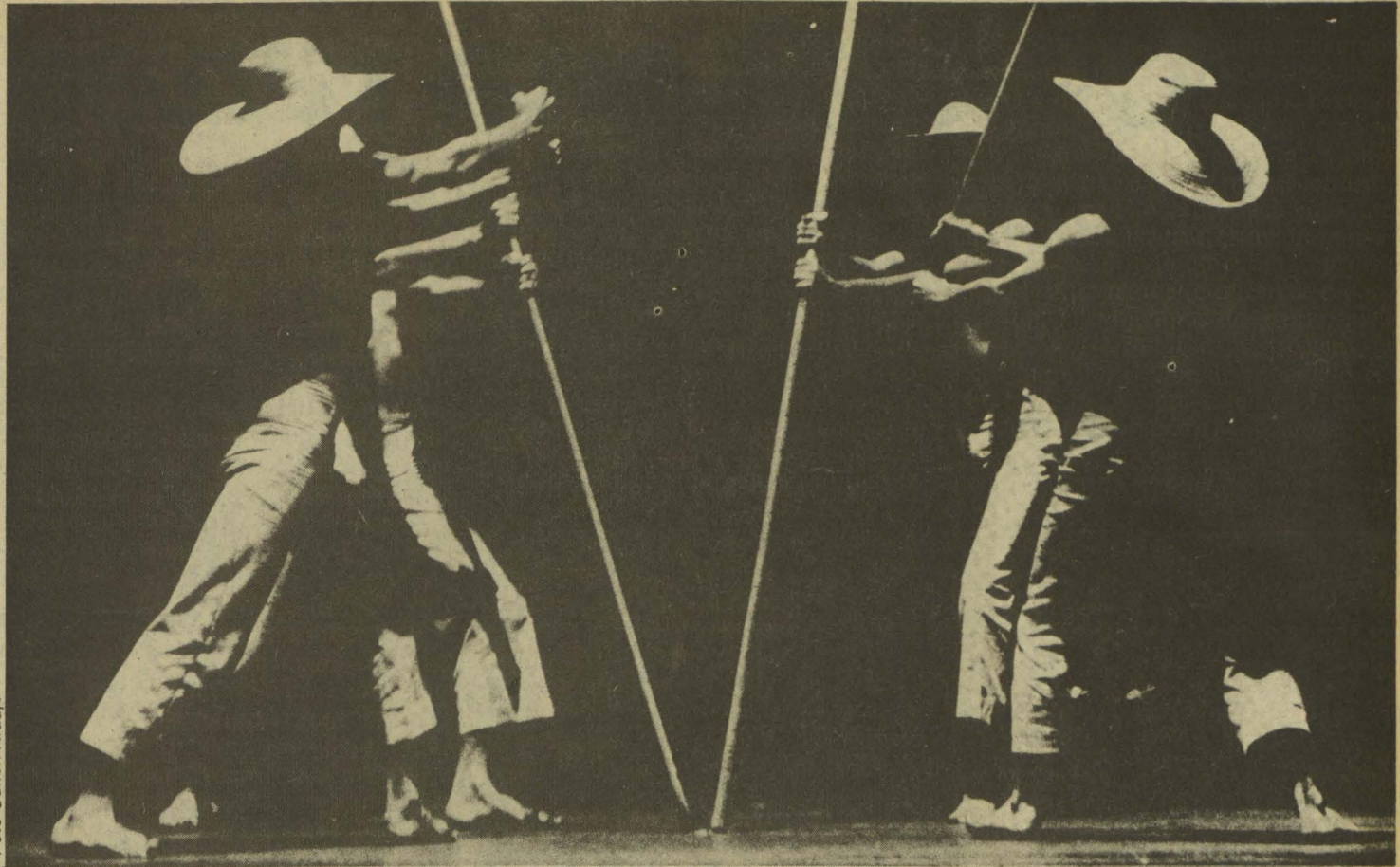
Em maio de 1984, no final da Copa Brasil, as torcidas do Vasco e Fluminense gritaram a uma só voz "Diretas Já..." antes do início do jogo. E ao entrar em campo uma banda militar para tocar o Hino Nacional, ela foi recebida com vaias e gritos de "abaixo a ditadura". Já no final da taça Guanabara, no segundo semestre, o jogo FlaxFlu se transformou num confronto Tancredo x Maluf, em função da opção de alguns jogadores tricolores pelo candidato do regime. Muitos torcedores do próprio Fluminense torceram contra o seu time e até vascaínos e botafoguenses vibraram com a vitória do arquiinimigo (no futebol), Flamengo. Durante o martírio do presidente Tancredo Neves, torcidas adversárias se irmanavam antes dos jogos, nas mais variadas cidades do país, para gritar "Tancredo, Tancredo".

Neste jogo Brasil x Paraguai não podia ser diferente. A tarde foi repleta de lances que revelaram a sensibilidade política do nosso povo. Um dos fatos marcantes foi a presença no Maracanã de uma gigantesca faixa de 30 metros com os dizeres: "PC do B saúda a Seleção da Nova República". Durante a maior parte da tarde, a PM insistia na retirada da faixa, alegando que ela acobertava uma propaganda da Coca-Cola. Mas os populares defendiam a faixa, recolhendo-a quando os policiais chegavam e tornando a estendê-la quando os agentes da repressão se afastavam.

HINO NA PALMA DA MÃO

O repúdio do povo carioca à péssima administração do governador Brizola e à descarada aliança do PDT com a direita também se fez notar. Quando os populares desconfiavam que Brizola havia chegado à tribuna de honra para ver o jogo, o Maracanã inteiro gritou "1, 2, 3, 4, 5 mil, queremos que o Brizola vá pra p...".

Mas a manifestação política mais bonita foi mesmo no momento do início do jogo. Temendo uma vaia como a que foi lançada contra a banda militar no ano passado, foi suspensa a execução do Hino Nacional. Quando o juiz se preparava para apitar o início do jogo, o povo começou a entoar o nosso Hino, batendo palmas. O canto tomou conta de todo o estádio e teve a adesão de jogadores da Seleção. Foi uma bela resposta aos organizadores do futebol, que não identificaram o regime militar como o alvo da vaia do ano passado, e nem perceberam que o povo reencontrou na democracia o verdadeiro orgulho por sua pátria. (Luís Fernandes)



"Maria, Maria", sucesso no Brasil e no exterior. A trajetória do nosso povo no palco

Dez anos dançando a vida e a luta de nosso povo

Um grupo profissional de balé com 10 anos de existência. Algo raro em qualquer país. Raríssimo no Brasil. Aqui, somente o Stágium havia conseguido tal proeza. Agora, um outro grupo alcança essa marca: o mineiro Grupo Corpo, integrado por 15 pessoas, e que já se apresentou em mais de 30 cidades brasileiras e em 13 países.

"Quando começamos, não tínhamos base profissional", lembra o bailarino e coreógrafo Rodrigo Pederneiras: "Era difícil para nós contratarmos um professor do Rio ou São Paulo para trabalhar em Belo Horizonte. Assim, chamávamos professores da Argentina — o que era mais fácil. E assim montamos o grupo, em 1975. Mas o primeiro espetáculo só estrearia em 1976, 'Maria, Maria'".

Com roteiro de Fernando Brant e música de Milton Nascimento, "Maria, Maria", aborda, através da história de uma negra, aspectos do sofrimento, do trabalho e da formação do povo brasileiro. Sua luta contra a opressão, seus dramas, suas alegrias. O espetáculo teve sucesso imediato no país, e até hoje continua sendo levado ao palco pelo "Corpo". Sucesso também no exterior. "Splendido", registrou o jornal *Corriere della Sera*, da Itália.

"'Maria, Maria' deu certo", conta Emilio Kalil, administrador do grupo. "Logo após a estréia em Belo Horizonte, começamos a viajar com o espetáculo pelo Brasil, e depois de um ano fomos para o exterior. Até hoje nós o apresentamos, e mesmo agora, nove anos depois da estréia, o grupo ensaia 'Maria, Maria'. Aperfeiçoa o trabalho".

Paulo Pederneiras, diretor do "Corpo", ressalva, contudo, "que o grupo poderia ter acabado após o 'Maria, Maria'. Mas há uma consciência profissional muito grande entre os integrantes do 'Corpo'. Nossos salários são péssimos. Enfrentamos mil e uma dificuldades. Mas gostamos de nosso trabalho. Um grupo sobreviver 10 anos, sem apoio do governo ou de qualquer empresa, não é fácil. E é claro, não ficamos satisfeitos com a falta de apoio. Tínhamos que pedir 'favores' aos órgãos públicos para conseguir qualquer coisa. É algo que tem

que mudar, e parece que já está mudando. O diálogo já começa a acontecer. Foi criado um ministério da Cultura. É certo que é um ministério falido, mas tem que lutar por verbas para cumprir sua função."

Em suas apresentações no interior, o grupo sempre estabelece contato com professores e estudantes de balé. Faz ensaios abertos, conversa. "Tem uma proliferação muito grande de escolas de dança, muitas vezes no escuro, sem base profissional. No interior as dificuldades são sempre maiores", comenta Paulo. Rodrigo completa: "No interior, geralmente as escolas brigam entre si, não têm grupos de dança. Em nossas conversas, propomos que elas achem seus pontos comuns, trabalhem unidas, tragam professores dos grandes centros etc. A formação profissional no Brasil é muito difícil. Daí a necessidade da união".

As dificuldades de um grupo de balé não ficam somente na formação profissional. "Existem também problemas com os teatros, muitas vezes mal equipados", denuncia Kalil. "Em relação a isso, aprendemos muito no exterior. Adquirimos material de tra-

balho — desde um tapete de plástico, apropriado para a dança, até mesa de luz. O triste é quando a gente volta pro Brasil e vê que é um país imenso, tão rico, com tantas possibilidades, e no entanto sem as mínimas condições, sem o mínimo aproveitamento de seus recursos".

"Temos também muitos problemas com o espaço nos palcos", queixa-se Paulo. "Chegamos inclusive a idealizar um palco móvel, que pudéssemos levar em nossas apresentações, principalmente para o interior, como já fazemos com a mesa de luz, com os refletores. Mas o projeto ficou muito caro; e não conseguimos patrocinador".

A censura, velha inimiga das artes brasileiras, recurso de que os opressores de nosso povo sempre lançaram mão, também fez suas investidas contra o "Corpo". Não chegou a realizar cortes no espetáculo, mas quase proibiu-o: "Nós tínhamos que fazer uma apresentação exclusiva para a censura, em Brasília. Havíamos acabado um ensaio. Os bailarinos estavam cansados. Ai chega a mulher da censura, instala-se na platéia e quer ver a dança. Uma das meninas do grupo queixou-se. Foi o que bastou. A censura ficou uma fera. Queria impedir o espetáculo. Estávamos sujeitos a esse tipo de autoritarismo. Mas agora isso deve acabar", conclui Paulo Pederneiras. (Carlos Pompe e Rúbia Costa)



"Corpo" já viajou para 13 países da América e Europa (na foto, "O último trem")

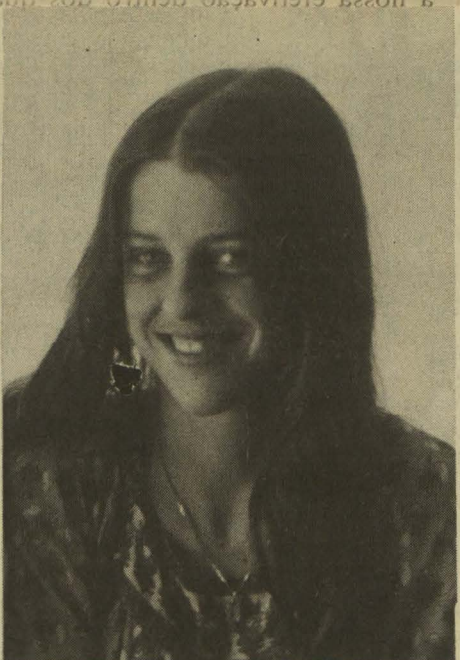
Sensibilidade e maturidade na arte de Rita Espescht

A poetisa mineira Rita Espescht, membro do Conselho Nacional da União da Juventude Socialista, lançou em Belo Horizonte seu novo livro, "Lua Gorda", publicado pelas edições "Dubolso" e com prefácio do também poeta Antônio Barreto.

Nos 19 poemas, Rita deixa a criatividade e a emoção transbordarem através de sua habilidade com as palavras. Uma poesia madura, que transmite as contradições e o amor pela batalha da vida é a marca registrada da autora, que diz num de seus poemas:

"A bola de cristal de nome história nos dá a resposta do destino nacional: é do povo a chave do tempo novo".

Rita foi recentemente eleita pelos escritores mineiros para o Conselho Estadual de Cultura, porém acha que a articulação dos artistas não pode parar aí: "A criação de uma enti-



Rita, autora de "Lua Gorda"

dade representativa dos escritores de Minas se apresenta como uma tarefa urgente, para que assim tenhamos um canal que faça ser ouvida nossa voz". (Zeca Freitas, da sucursal)

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011).
Telex: 01132133 TLOBR.
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobrelaje, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. CEP 66200. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100. Ilhéus: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar, sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro - CEP 44000. Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Independência, 27 - Centro - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cinesil) - CEP 43700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Vênncio IV, sala 312 - CEP 70302.
CERÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 10 - CEP 62100.
ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro de Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de

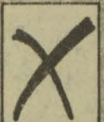
Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: Rua 3, nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARAIBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - Calçada - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Vênncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428 - Fone: 234-7484 - CEP 80000. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - Fone: 222-2044 - CEP 64000. PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua Sossogo, 221, Boa-Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Rua Presidente Bandeira, 408, sala 109 - Alecrim - CEP 59000. RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000. Caxias

do Sul: Rua Dal Cannale, 1891, 2º andar, fundos - CEP 95100. Pelotas: Rua Andrada Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 - Aberto depois das 18 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 90000. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 745-A - CEP 96200. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Álvaro Alvim, 31, sala 1801 - Cinelândia - CEP 20000. Niterói: Av. Amador Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Avenida Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-Up, Fotolito e Impressão: Cia. Editora Jorúls. Fone: 815-4999 - São Paulo - SP.



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde. Colabore com a Campanha Nova República da T.O.



Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

- | | | |
|------------------------------------|--------------------------|--------------|
| Anual (52 edições) | ☐ | Cr\$ 100.000 |
| Anual Popular (52 edições) | ☐ | Cr\$ 50.000 |
| Semestral (26 edições) | ☐ | Cr\$ 50.000 |
| Semestral Popular (26 edições) | ☐ | Cr\$ 25.000 |
| Assinatura trimestral (17 edições) | ☐ | Cr\$ 12.500 |
| Anual para o exterior (em dólares) | ☐ | US\$ 70 |

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____

Profissão: _____

Data: _____

Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

PC do B cria raízes em S. Paulo

A Câmara dos Vereadores de São Paulo teve um dia diferente no sábado, 22, com o lançamento das comissões provisórias do Partido Comunista do Brasil no município e nos distritos da capital paulista. As galerias e o plenário, com suas poltronas forradas, grosso tapete e paredes de mármore, ficaram lotados de gente simples do povo, na maioria operários, que aplaudiam um considerável triunfo de seu partido. O PC do B anunciou ali as comissões de 35 dos 56 distritos da cidade; e no início da semana este número subiu para 39, abrangendo quase toda a periferia proletária (veja o quadro abaixo).

Ao anunciar os componentes da Comissão Municipal, o dirigente regional Antonio Neto Barbosa estimou que "haveremos de organizar diretórios do nosso partido em todos os 57 distritos (os 56 atuais e mais o de Sapopemba, em formação)" e "construiremos num prazo curto um grande partido, enraizado nas fábricas e contribuindo para a unidade democrática".

De fato, o ato do dia 22 foi considerado uma demonstração de força, que deixa o PC do B em posição de destaque sobre os demais partidos em formação no município. Mesmo o PFL, que conta entre seus quadros um ex-prefeito da cidade, não tem tantos diretórios distritais em formação.

Ficou patente também um enraizamento já considerável do PC do B na classe operária do município, apesar das dificuldades impostas no passado pela clandestinidade e mesmo hoje pela ditadura patronal que continua a imperar nas fábricas. Numerosas faixas, na Câmara Municipal, indicavam a presença de organizações de empresas metalúrgicas, químicas, de eletricitários, metroviários, motoristas.

Os nomes escolhidos para a



Foto César Diniz

Comissão Municipal expressam a mesma tendência: Antônio Alves da Silva, metalúrgico, militando há longos anos principalmente na Zona Sul da cidade; José Luis Passos, jovem quadro que destacou-se na organização dos metroviários; Joel Batista, metalúrgico da Zona Oeste, diretor do Centro de Estudos Sindicais -

CES; Gilberto Natalini, diretor do Sindicato dos Médicos; Neleu Alves, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, atuando hoje nas fábricas da Zona Norte; Elgito Boaventura, operário têxtil e ativista sindical na Moóca; Henrique Francé, médico, com ação destacada no movimento popular e democrático da Zona Leste; Ailton de Oliveira, funcionário público, líder dos movimentos de bairro da região da Freguesia do Ó; Júlia Maria Roland, ex-diretora do Sindicato dos Médicos; Juarez de Paulo Xavier, estudante, presidente do DCE da PUC-SP na gestão 1983/84; e Ana Martins Soares, presidenta do Conselho das Sociedades de Amigos de Bairros de São Miguel Paulista.

Entre os integrantes das comissões distritais, perto da metade têm extração proletária, apesar dos cuidados que se revelaram indispensáveis para não expor muitos companheiros a perseguições nas fábricas onde atuam. Outro êxito, saudado com palmas no ato de lançamento, é a elevada participação feminina: 32% dos novos dirigentes distritais são mulheres. A idade média é de apenas 28 anos.

DESAFIOS DA NOVA FASE

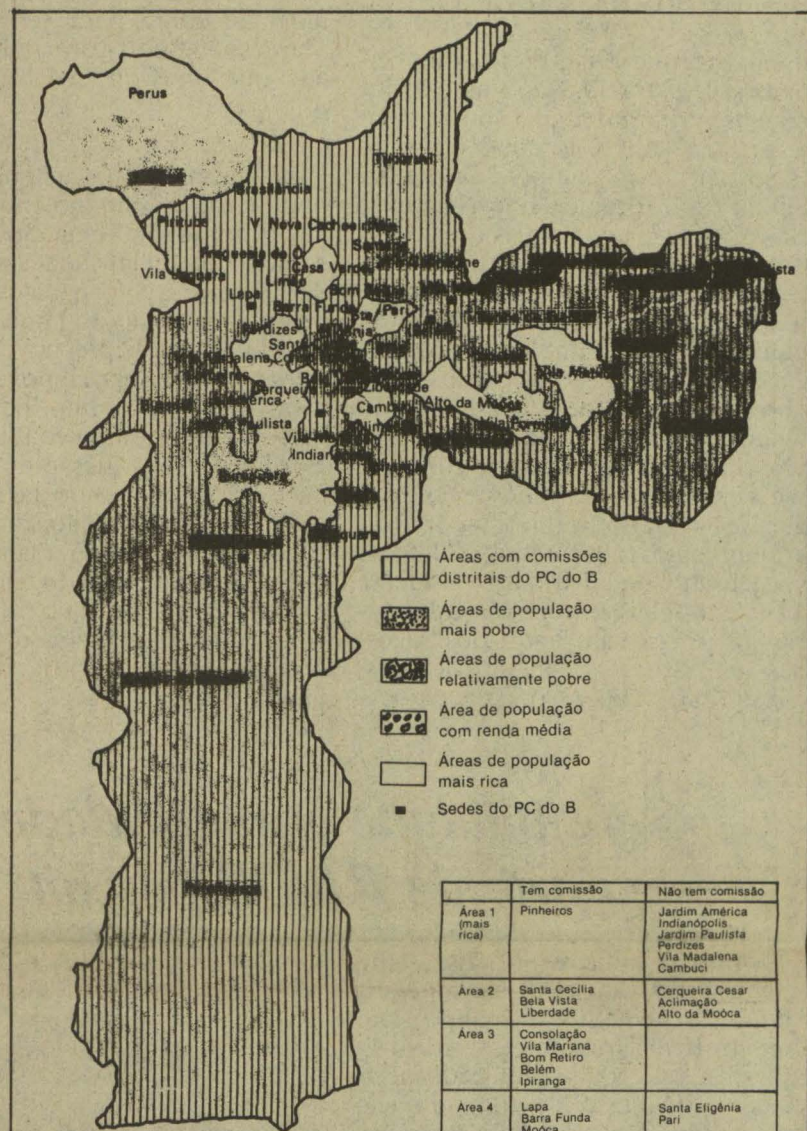
Não são poucos os obstáculos para adaptar à nova situação de legalidade um partido forçado à vida clandestina durante quase toda a sua longa



Foto César Diniz



Nas faixas, no público, na comissão municipal (foto abaixo) e nas distritais, a marca de um partido ligado à classe operária



Veja o mapa e a tabela ao lado: o PC do B formou suas primeiras comissões justo na parte mais pobre e operária do município de São Paulo



Foto César Diniz

Barbosa, da comissão regional do PC do B, fala na inauguração

Único com sede em Taubaté

Também no dia 22, em Taubaté, o PC do B inaugurava com muita animação e cerca de 200 presentes a sua sede municipal — a primeira sede partidária naquela cidade operária do Vale do Paraíba, com perto de 200 mil habitantes (nem o PMDB, que controla a Prefeitura, possui sede).

Os operários formavam a maioria dos presentes e também da Comissão Provisória do Diretório Municipal do partido, apresentada na ocasião. Com-

pareceram o presidente do PDT local, o vereador Cláudio Simões (egresso do PT), o jornalista Jonas Fillipini e as comissões do PC do B nas cidades vizinhas de Campos de Jordão, Guaratinguetá e São José dos Campos.

Vários presentes se filiaram ao PC do B, inclusive o presidente da SAB do Alto do Cristo, muito aplaudido. E todos cantaram a "Internacional", de punhos erguidos, ao ser inaugurada a placa. (da sucursal)

Mutuários não aceitam aumento do BNH

Os mutuários do BNH já se mobilizam em todo o país para enfrentar o escandaloso aumento nos reajustes da casa própria. Sua primeira ofensiva será contra os agentes financeiros. Representantes dos mutuários de 13 Estados, reunidos em Brasília dia 25, decidiram boicotar os depósitos das cadernetas de poupança e só fazerem o pagamento das prestações na Justiça.

"Eu me sinto dentro de uma ratoeira. E não sei como

sair". Esta foi a definição sucinta de um mutuário do BNH

diante das recentes medidas do governo federal, reajustando

as prestações da casa própria em 246% (anual) e 112% (semestral). Com estes índices o BNH tenta empurrar o mutuário a optar pela semestralidade. Mas os moradores que se utilizam do Banco Nacional de Habitação (BNH) se posicionaram contrários aos reajustes a cada seis meses, pois ele está amarrado também à periodicidade nos aumentos dos salários. Caso os trabalhadores conquistem o trimestral os mutuários também teriam reajustes trimestrais.

MINISTRO INÁBIL

A maneira inábil com que o ministro do Desenvolvimento Urbano, Flávio Peixoto, tratou a questão, só fez acirrar os ânimos dos mutuários, que não se conformam com sua insensibilidade. Além das ameaças contra os inadimplentes (os que estão em atraso das prestações há mais de três meses e que já são cerca de 60% dos mutuários), Peixoto fez uma declaração acintosa: "Quem não quiser aderir à equivalência salarial e não puder pagar o reajuste integral (246%) tem uma oportunidade de realizar um grande negócio: vender o imóvel".

Já os construtores e agentes financeiros (os maiores beneficiários dos quase Cr\$ 100 trilhões de fundos do BNH) se posicionaram de forma entusiástica pela semestralidade. E, com as novas medidas governamentais, se sentiram também no direito de ameaçar de despejo os devedores da casa própria.

O REVIDE DOS MUTUÁRIOS

De imediato os mutuários revidaram às argumentações falaciosas a favor dos novos valores do reajuste, mostrando não serem culpados pela política que causou um grande déficit no BNH. Segundo dados publicados na revista "Conjuntura Econômica", de novembro de 1984, dos Cr\$ 15,1 trilhões de débitos em atraso junto ao BNH, os mutuários eram responsáveis por Cr\$ 1,5 trilhão; as construtoras por Cr\$ 5 trilhões; Cooperativas Habitacionais e Cohab's por Cr\$ 5 trilhões e agentes financeiros por Cr\$ 3,6 trilhões.

Em diversos Estados os moradores dos conjuntos habitacionais já iniciaram as mobilizações de protesto contra os novos preços das prestações. Nas assembleias gerais, as comissões de moradores dos conjuntos habitacionais já começaram a boicotar os depósitos das cadernetas de pou-

pança e contas bancárias dos agentes financeiros, abrindo contas bancárias nos bancos e caixas econômicas estaduais; preparar uma marcha à Brasília, em agosto; organizar a resistência nos conjuntos contra os despejos; e entrar na Justiça pedindo reajuste de 112% anual.

"NÃO TEMOS COMO PAGAR"

"Nós queremos pagar, só que 246% nós não temos condições", explica José Antônio Filho, morador do Conjunto Habitacional Teotônio Vilela, no bairro Sapopemba, em São Paulo. José Antônio, que também é presidente da Sociedade Amigos do Conjunto, organizou a primeira assembleia dos moradores, no sábado, dia 22, para tratar da questão dos reajustes. Ele explica que 90% dos moradores — cujas rendas variam de um a três salários mínimos — não terão condições de pagar os novos valores das prestações: "Um apartamento de Cr\$ 106 mil vai para Cr\$ 356 mil no reajuste anual; e no semestral, no fim de um ano vai para Cr\$ 440 mil". E acrescenta: "Temos que esclarecer os moradores que o reajuste não vai quebrar a cara".



Foto César Diniz

Moradores do Conjunto Sapopemba: 90% não terão condições de pagar as prestações reajustadas

CEB
Centro de Documentação e Biblioteca
Fundação Maurício Grabois